



**Relatório de
Atividades**

2018

da Adasa

21206 - AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Em 16 de junho de 2004, pela Lei nº 3.365, foi criada a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal, autarquia em regime especial com personalidade jurídica de direito público, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com prazo de duração indeterminado, com sede e foro em Brasília e vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. A Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008, reestruturou a Agência, redefiniu a missão, ampliou suas competências e alterou sua denominação, passando a chamar-se Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa). Nos termos da Lei nº 4.285, o regime especial conferido à Adasa é caracterizado, sobretudo, por mandato fixo e não coincidente de seus diretores, independência decisória, diretoria organizada em forma de colegiado, instância administrativa final, salvo nos casos de delegação de competências de outros entes federados e ausência de subordinação hierárquica.

A finalidade básica da Agência é a regulação dos usos das águas e dos serviços públicos de competência originária do Distrito Federal, bem como daqueles realizados no âmbito geopolítico ou territorial do Distrito Federal que venham a ser delegados a ela por órgãos ou entidades federais, estaduais ou municipais, em decorrência de legislação, convênio ou contrato.

De acordo com a Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008, são áreas de competência da Agência:

- I. Recursos hídricos, compreendidos os diversos usos da água;
- II. Saneamento básico, entendido como: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas;
- III. Gás canalizado;
- IV. Mediante delegação de competência originária federal nas áreas de: energia elétrica; petróleo e derivados, biocombustíveis, álcool combustível, gás veicular e distribuição de lubrificantes;
- V. E outras competências delegadas na forma da lei.

Dentre suas principais atribuições, citam-se as seguintes:

I. Recursos Hídricos: disciplinar, em caráter normativo, a implementação, operacionalização, controle e avaliação dos instrumentos da política de recursos hídricos; outorgar o direito de uso de recursos hídricos, observado o disposto na legislação e nos planos distritais de recursos hídricos; declarar previamente a reserva de disponibilidade hídrica nos processos de concessão e autorização federais de uso do potencial de energia hidráulica; acompanhar e prestar apoio à elaboração dos planos de recursos hídricos de suas bacias hidrográficas; instalar, operar e manter a rede hidrometeorológica do Distrito Federal, promover e coordenar suas atividades, em harmonia e cooperação com os órgãos e entidades públicas e privadas que a compõem ou a utilizem, e integrá-la à rede hidrometeorológica nacional; definir e fiscalizar as condições de operação de reservatórios no Distrito Federal, visando garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos, em articulação com os órgãos ou entidades competentes.

II. Saneamento Básico: disciplinar, em caráter normativo, a implementação, operacionalização, controle e avaliação dos instrumentos da política de saneamento básico do Distrito Federal; acompanhar e contribuir para a elaboração dos planos de saneamento básico do Distrito Federal e do Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB); contribuir para a elaboração da política pública de saneamento básico do Distrito Federal; realizar ou promover a elaboração de estudos para subsidiar a aplicação de recursos financeiros do Distrito Federal em obras e serviços de controle de poluição hídrica; adotar parâmetros para a garantia do atendimento essencial à saúde pública, inclusive quanto ao volume mínimo per capita de água para abastecimento público, observadas as normas nacionais relativas à potabilidade da água; disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços de saneamento básico.

A Adasa tem o compromisso de garantir a sustentabilidade por meio de uma gestão moderna e responsável na utilização dos recursos hídricos de Brasília. Zela continuamente pela qualidade dos serviços a ela atribuídos mediante instrumentos regulatórios e de fiscalização, por meio do seu corpo técnico. Por ser uma Agência de Estado, a Adasa possui papel fundamental no fomento e implementação das Políticas Públicas relacionadas ao controle dos recursos hídricos, essenciais à prestação dos serviços públicos de qualidade em resposta aos anseios e necessidades da população.

De acordo com a Lei nº 11.445/2007, a Diretriz Nacional do Saneamento Básico aponta para a universalização do acesso como um de seus pilares e princípios fundamentais. A Adasa não só reconhece

tal premissa legal como estabelece, entre seus objetivos principais, mediante a regulação dos serviços de saneamento básico, contribuir continuamente para a garantia de melhorias e avanços na qualidade de vida dos cidadãos, propiciados por serviços abrangentes custeados a preços módicos.

Tabela 1

FORÇA DE TRABALHO					
Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	16	17	22	23	78
Comissionados sem vínculo efetivo	22	3	0	0	25
Requisitados de órgãos do GDF	3	1	1	0	5
Requisitados de órgãos fora do GDF	1	1	0	0	2
Estagiários	10	23	0	0	33
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)		0	5	0	5
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	1	0	0	0	1
Total Geral	56	47	23	23	149

Fonte: SIGGO, 2018.

A Adasa tem investido constantemente em sua força de trabalho, buscando atender de maneira mais eficiente e eficaz as atividades de regulação e de fiscalização nas áreas de sua competência. Desde sua criação, em 2004, a Adasa vem ampliando os conhecimentos e a qualificação de seu quadro técnico de profissionais.

Um servidor efetivo da carreira de regulação está cedido ao Serviço de Limpeza Urbana do DF (SLU), no qual ocupa cargo de direção.

A Adasa, por ser uma autarquia em regime especial, é dirigida por Diretoria Colegiada, composta de quatro diretores com solidariedade de responsabilidades, sendo um deles o Diretor Presidente, nomeados pelo Governador do Distrito Federal, com mandatos não coincidentes de cinco anos, admitida uma única recondução. Os diretores deverão ter formação de nível superior, notório conhecimento em regulação dos usos de recursos hídricos e de serviços públicos, reputação ilibada e comprovada experiência profissional. A Adasa tem um Ouvidor, que atua junto à Diretoria Colegiada sem subordinação hierárquica e exerce as suas atribuições sem acumulação com outras funções, com mandato de dois anos, admitida uma recondução.

A Agência implantou o projeto de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) no ano de 2017, com o intuito de cada vez mais proporcionar um ambiente adequado de trabalho, e elaborou uma Política e um Programa de QVT (PPQVT-Adasa). Em 2018, foram realizadas as etapas de: 1) consulta pública do PPQVT-Adasa – na qual os colaboradores puderam ler e opinar sobre os documentos; 2) apreciação dos documentos pela Diretoria Colegiada; 3) publicação dos documentos; 4) constituição do Comitê de QVT; e 5) início da implementação do Programa de QVT da Adasa. O Comitê de QVT oferece apoio ao Projeto de Mapeamento de Processos, integrando a sua respectiva comissão; inaugurou o Projeto Adasa em Foco; participou da Comissão que apresentou o Projeto de Auxílio Saúde aos servidores da agência; deu início ao Projeto de Segurança no Trabalho da Adasa; revisou a Portaria do Ponto eletrônico e elaborou seu Plano de Metas para os próximos anos.

Recentemente, a realização do Concurso Público da Adasa foi aprovada pela Governança do Distrito Federal. O Projeto Básico do certame, para contratação da banca realizadora, já foi elaborado pela comissão de Concurso e encontra-se em fase de aprovação pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal.

Tabela 2

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2692 - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	124127,0	216961,00	0	0
0001 - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-ECONÔMICO FINANCEIRO - ADASA-DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,00	0	0
0003 - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - ADASA-DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
0004 - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-DRENAGEM URBANA - ADASA-DISTRITO FEDERAL	4127,0	216961,0	0	0
0002 - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-RESÍDUOS SÓLIDOS - ADASA-DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,00	0	0
2695 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	585763,0	421763,00	365214,42	323250,43
0001 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-DRENAGEM URBANA - ADASA-DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
0002 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-RESÍDUOS SÓLIDOS - ADASA-DISTRITO FEDERAL	397547,0	253547,00	253249,43	253249,43
0003 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - ADASA-DISTRITO FEDERAL	118216,0	118216,00	82095,99	68216,0
0004 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-ECONÔMICO FINANCEIRO - ADASA-DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
0005 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-GESTÃO PARA RESULTADOS-DISTRITO FEDERAL	50000,0	50000,00	29869,00	1785,0
4136 - REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	10000,0	0,0	0	0
0001 - REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-ADASA-DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
2079 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA	10000,0	5374604,0	5374604,0	5374604,0
6119 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA-ADASA/SLU-DISTRITO FEDERAL	10000,0	5374604,0	5374604,0	5374604,0
4235 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL	30000,0	0,0	0	0
0001 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL-ADASA-DISTRITO FEDERAL	30000,0	0,0	0	0
2671 - MONITORAMENTO DA REDE HIDROMETEOROLÓGICA E TELEMÉTRICA DO DF	1260891,0	3013010,00	1327173,81	1239537,94
0001 - MONITORAMENTO DA REDE HIDROMETEOROLÓGICA E TELEMÉTRICA DO DF-ADASA-DISTRITO FEDERAL	1260891,0	3013010,00	1327173,81	1239537,94
2679 - OUTORGA DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS	120000,0	15000,0	0	0
0001 - OUTORGA DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS-ADASA-DISTRITO FEDERAL	120000,0	15000,0	0	0
2683 - REGULAÇÃO DOS USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS NO DF	876500,0	908126,0	110697,79	77797,79
0001 - REGULAÇÃO DOS USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS NO DF-ADASA-DISTRITO FEDERAL	876500,0	908126,0	110697,79	77797,79
3068 - REALIZAÇÃO DO 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA	11972000,0	12396343,00	11478494,23	11272906,83

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0002 - REALIZAÇÃO DO 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA-ADASA- PLANO PILOTO .	11172000,0	10718968,00	10718966,43	10699965,93
0005 - REALIZAÇÃO DO 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA-PROJETOS DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL-DISTRITO FEDERAL	600000,0	1477375,00	559527,80	372940,90
0008 - REALIZAÇÃO DO 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA - FÓRUM MUNDIAL DE ÁGUA - DISTRITO FEDERAL	200000,0	200000,0	200000,00	200000,00
4135 - FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	100000,0	8000,0	0	0
0001 - FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS-ADASA-DISTRITO FEDERAL	100000,0	8000,0	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	15089281,00	22353807,00	18656184,25	18288096,99

Fonte: SIGGO, 2018.

A maioria das atividades finalísticas da Adasa estão inseridas neste programa temático 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL, do PPA 2016-2019, o qual tem por objetivo geral: "Assegurar Brasília como modelo de território sustentável por meio de planejamento e gestão que integre a prestação de serviços, a promoção da cidadania e a inclusão socioambiental com a garantia da proteção do meio ambiente para as gerações futuras."

A Adasa, ao longo do ano de 2018, realizou 26 estudos nas suas áreas de competência, conforme planilha abaixo:

Área	Recursos Hídricos	Resíduos Sólidos	Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	Drenagem Urbana	Econômico-Financeiro	Diretoria Colegiada
Nº de Estudos	02	08	04	06	06	00
Nº de Resoluções Publicadas	9	02	02	00	14	9

Fonte: Adasa, 2018.

Dentre os diversos estudos realizados pela Agência, destacam-se os seguintes:

- a) Diagnóstico e proposta de gestão das reservas e disponibilidades das águas subterrâneas no Distrito Federal, considerando as diferentes regiões administrativas e a situação atual de uso e ocupação do solo;
- b) Análise de Impacto Regulatório sobre a gestão de recursos hídricos na bacia hidrográfica do ribeirão Pipiripau;
- c) Estudos para apoiar o desenvolvimento de competências e conhecimento da situação dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Distrito Federal;
- d) Estudos para tipificar e definir as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades não conformes com a legislação pertinente sobre os serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos;
- e) Estudo para a validação de informações prestadas pelo SLU, para fins de cálculo e monitoramento de indicadores constantes do Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PDGIRS), em desenvolvimento;
- f) Procedimentos para outorgar os serviços de distribuição de gás canalizado mediante assinatura do contrato de concessão com a CEBGás, em desenvolvimento;
- g) Estudo sobre compostagem descentralizada de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), em desenvolvimento;
- h) Procedimentos para firmar Acordo de Cooperação Técnica com a Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (Aresc), em desenvolvimento;
- i) Implantação de programa de uso racional da água no governo do Distrito Federal (em conjunto com a SEMA);
- j) Manual de Drenagem Urbana;
- k) Metodologia para estimativa de áreas impermeabilizadas no Distrito Federal;

l) Estimativa e classificação de áreas impermeabilizadas, de forma automática, a partir de fotografias aéreas nas áreas urbanas do DF, e simulação de cenários de valores de taxa/tarifa de drenagem associadas;

m) Banco de dados georreferenciado de outorgas para lançamento de águas pluviais da Adasa e cadastro de redes de águas pluviais urbanas da Novacap;

n) Desenvolvimento de Metodologias para Gerenciamento dos Sistemas de Drenagem de Águas Pluviais do Distrito Federal; e

o) Resolução para Recarga Artificial de Aquíferos.

Este ano houve a contratação da empresa para realização da pesquisa de satisfação dos usuários dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb). A vigência do contrato é de 180 dias contados a partir da sua publicação no DODF em 5 de novembro de 2018, com previsão de término em 5 de maio de 2019.

Em 15 de agosto de 2018 ocorreu audiência pública para publicação de Resolução que estabelece as diretrizes para implantação e operação de sistemas prediais de água não potável em edificações residenciais, fruto da etapa 1 (residencial) do Convênio nº 1/2016 Adasa/UnB. As contribuições colhidas na audiência foram analisadas e encaminhadas em 3 de outubro de 2018. A resolução com as contribuições consolidadas estão em análise pela Agência.

O citado convênio, atualmente, encontra-se na etapa 2 – não residencial, com previsão de término para março de 2019. O Relatório de viabilidade técnica, ambiental e econômica do aproveitamento de águas pluviais e do reuso de águas cinzas em edificações não residenciais do Distrito Federal, em elaboração, foi entregue pela UnB, conforme o plano de trabalho.

Em atendimento à proposta de redução dos prazos máximos de atendimentos aos serviços prestados pela Caesb relacionados, especificamente, ao vazamento de água, à luz da Lei nº 5.618/2016, foi publicada a Resolução nº 11, de 22/05/2018, que altera pontualmente a Resolução nº 14, de 27/10/2011.

Para estabelecer o fim do rodízio de abastecimento implementado durante a crise hídrica, foi publicada a Resolução nº 13, de 06/06/2018, que revoga as Resoluções nº 20/2016 e 21/2017, e estabelece procedimentos complementares, a serem observados pela concessionária, para o atendimento das Resoluções nº 8/2018 e 12/2018 e dá outras providências.

A Adasa concluiu o Manual de Drenagem, que é composto por diretrizes e normas a serem seguidas por empreendedores públicos e privados na implementação de seus sistemas de drenagem urbana no Distrito Federal. No ano de 2018 e em 2019, será objeto de estudo no Curso de Extensão em Drenagem Urbana na Universidade de Brasília (UnB), contratado pela Adasa e voltado para gestores do Distrito Federal.

A metodologia para estimativa de áreas impermeabilizadas no Distrito Federal foi entregue à Adasa em dezembro de 2017, e atualmente serve de base para a realização de estimativa e classificação de áreas impermeabilizadas em todo o DF, de forma automática, a partir de fotografias aéreas nas áreas urbanas, e simulação de cenários de valores de taxa/tarifa de drenagem associadas. Este trabalho é pressuposto para estudos de modelos de financiamento dos serviços públicos de drenagem e manejo de águas pluviais no DF a serem realizados em 2019.

Os lançamentos de águas pluviais outorgados pela Adasa foram georreferenciados e disponibilizados no geoportail da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal (Segeth) (<https://www.geoportail.segeth.df.gov.br/mapa/>). Todo o cadastro de redes de drenagem da Novacap, georreferenciado e vetorizado em contratação conduzida pela Adasa no ano de 2016, também foi inserido na base de dados da Segeth e foi disponibilizado para consulta pública no ano de 2018 em camada própria da ADASA.

O estudo, o qual possui o objetivo de implementação de sistema de gerenciamento da estrutura de drenagem e manejo de águas pluviais no DF, inclui as atividades de: desenvolvimento de protocolos para implementação de banco de dados espaciais; verificação, correção e complementação da base de dados geográfica de drenagem a ser disponibilizada pela Adasa; cadastramento de base de dados de drenagem existentes em órgãos da administração pública do DF; mapeamento dos sistemas de drenagem disponíveis nos condomínios horizontais e clubes ao longo da orla do Lago Paranoá; identificação de processos erosivos e das áreas de ocorrência de inundações no DF. Este projeto, a ser conduzido na forma de Convênio entre a Agência e a UnB no período de 2 (dois) anos, terá início em novembro de 2018.

No trabalho de 2018, a Agência também produziu minuta de Resolução para Recarga Artificial de aquíferos. Após simulações matemáticas; estudos de engenharia, solos e legislação aplicável; e pesquisas de preço; a minuta está pronta e aguarda agendamento de Audiência Pública e posterior publicação.

A Adasa utiliza instrumentos regulatórios e legais para promover a regulação sustentável do uso dos recursos hídricos e a adequada prestação dos serviços públicos de saneamento básico no Distrito federal. Um desses instrumentos é a elaboração de Resoluções. Durante o exercício de 2018 foram publicadas 36 Resoluções, sendo as principais as abaixo relacionadas:

a) [Resolução nº 01, de 23 janeiro de 2018](#). Autoriza a Caesb a acessar os recursos oriundos da Tarifa de

Contingência para os serviços públicos de abastecimento de água do Distrito Federal, em virtude de situação crítica de escassez hídrica, para custos operacionais eficientes adicionais de comunicação/informação e sensibilização e dá outras providências;

b) [Resolução nº 02, de 26 janeiro de 2018](#). Aprova e institui o Manual de Revisão Tarifária Periódica (MRT) dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Distrito Federal e o Módulo I que trata da Base de Ativos Regulatória;

c) [Resolução Conjunta ADASA/SECIMA/ANA nº 1, de 3 de julho de 2018](#). Revoga a Resolução Conjunta Adasa/SECIMA/ANA nº 01/2017;

d) [Resolução nº 3, de 5 de março de 2018](#). (Revogada pelas Resoluções nº 08/2018 e nº 12/2018) Estabelece curvas de referência para o acompanhamento do volume útil dos reservatórios do Descoberto e de Santa Maria para o ano 2018, e dá providências;

e) [Resolução nº 4, de 18 de abril de 2018](#). Autoriza a Caesb a acessar os recursos oriundos da Tarifa de Contingência, em virtude de situação crítica de escassez hídrica, para aquisição de materiais (tubulações, conexões e medidores de vazão) para a implantação nos canais secundários do Canal Santos Dumont, localizado no Ribeirão Pipiripau e dá outras providências;

f) [Resolução nº 5, de 18 de abril de 2018](#). Autoriza a Caesb a acessar os recursos oriundos da Tarifa de Contingência, em virtude de situação crítica de escassez hídrica, para aquisição de materiais (tubos e pasta lubrificante) necessários ao revestimento de canais de irrigação de uso coletivo localizados na bacia hidrográfica do Alto Descoberto e dá outras providências;

g) [Resolução nº 6, de 27 de abril de 2018](#). Homologa o Reajuste Tarifário Anual de junho de 2018, e dá outras providências;

h) [Resolução nº 7, de 27 de abril de 2018](#). Homologa a Revisão Tarifária Extraordinária, e dá outras providências;

i) [Resolução nº 8, de 03 de maio de 2018](#). Estabelece curva de referência para o acompanhamento do volume útil do reservatório do Descoberto para o período de maio a dezembro de 2018 e dá outras providências;

j) [Resolução nº 09, de 15 de maio de 2018](#). Altera a redação da Resolução nº 14, de 15 de setembro de 2016 que estabelece os preços públicos a serem cobrados pelo prestador de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Distrito Federal na execução de atividades de gerenciamento dos resíduos de grandes geradores, de eventos, da construção civil e dá outras providências;

k) [Resolução nº 10, de 21 de maio de 2018](#). Autoriza a Caesb a proceder à transferência para a conta aplicação da tarifa de contingência de saldo remanescente de recursos oriundos da Tarifa de Contingência não utilizados e dá outras providências;

l) [Resolução nº 11, de 22 de maio de 2018](#), que altera a Resolução nº 14, de 27/10/2011;

m) [Resolução nº 12, de 29 de maio de 2018](#). Estabelece curva de referência para o acompanhamento do volume útil do reservatório de Santa Maria para o período de maio a dezembro de 2018 e dá outras providências;

n) [Resolução nº 13, de 06 de junho de 2018](#). Revoga as Resoluções nº 20/2016 e 21/2017, e estabelece procedimentos complementares, a serem observados pela Concessionária, para o atendimento das Resoluções nº 8/2018 e 12/2018 e dá outras providências;

n) [Resolução nº 14, de 13 de junho de 2018](#). Autoriza a Caesb a acessar os recursos oriundos da Tarifa de Contingência, em virtude de situação crítica de escassez hídrica, para investimento em obras necessárias à interligação dos Sistemas Torto Santa Maria ao Sistema Sobradinho/Planaltina e dá outras providências;

o) [Resolução nº 15, de 25 de junho de 2018](#). Regulariza o processo de concessão de outorga de direito de uso de recursos hídricos a montante do reservatório do Descoberto e dá outras providências;

p) [Resolução nº 16, de 18 de julho de 2018](#). Define as disponibilidades hídricas dos aquíferos das diferentes unidades hidrográficas (UHs) do Distrito Federal e dá outras providências;

q) [Resolução nº 17, de 31 de julho de 2018](#). Revoga a Resolução nº 18, de 27 de outubro de 2016;

r) [Resolução nº 18, de 01 de agosto de 2018](#). Estabelece diretrizes e procedimentos para a implantação, operação, manutenção, monitoramento e encerramento de aterros sanitários destinados à disposição final de rejeitos originários dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Distrito Federal e dá outras providências;

s) [Resolução nº 19, de 07 de agosto de 2018](#). Autoriza a Caesb a acessar os recursos oriundos da Tarifa de Contingência, em virtude de situação crítica de escassez hídrica, para custos operacionais adicionais de

serviços técnicos de tecnologia da informação;

t) [Resolução nº 20, de 09 de outubro de 2018](#). Altera o Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 16, de 17 de setembro de 2014 e suas alterações posteriores;

u) [Resolução nº 21, de 13 de setembro de 2018](#). Autoriza a Caesb a acessar os recursos oriundos da Tarifa de Contingência, em virtude de situação crítica de escassez hídrica, para perfuração de três poços profundos na região de Brazlândia;

v) [Resolução nº 23, de 15 de outubro de 2018](#). Autoriza a Caesb a acessar os recursos oriundos da Tarifa de Contingência, em virtude de situação crítica de escassez hídrica, para aquisição de materiais (tubulações, conexões e pasta lubrificante) para a reforma da adutora principal do Canal Santos Dumont, localizado em Planaltina e dá outras providências;

x) [Resolução nº 30, de 21 de novembro de 2018](#). Limita os requerimentos para utilização dos recursos oriundos da Tarifa de Contingência pela Caesb e dá outras providências;

z) [Resolução nº 33, de 13 de dezembro de 2018](#). Estabelece os níveis altimétricos da água do lago Paranoá, a serem mantidos no ano de 2019, visando assegurar os usos múltiplos dos recursos hídricos.

A Adasa realizou ao longo do ano 865 ações de fiscalizações programadas e 689 ações de fiscalizações não-programadas, totalizando 1.554 fiscalizações em 2018. As fiscalizações e seus resultados foram realizadas de acordo com a tabelas abaixo:

Área	Recursos Hídricos	Resíduos Sólidos	Abastecimento de Água Esgotamento Sanitário	Drenagem	Econômico-Financeiro	Total
Nº de Fiscalizações Programadas	591	76	117	20	61	865
Nº de Fiscalizações Não Programadas	650	21	7	4	7	689
Total de Fiscalizações						1.554

Fonte: Adasa, 2018.

Área	Constatação	Não-Conformidade	Determinação	Recomendação	Advertências	TN
Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	80	1	1	3	0	4
Drenagem	168	36	13	29	0	1
Resíduos Sólidos	191	107	9	2	0	0
Econômico-Financeiro	0	5	0	5	0	0
Recursos Hídricos	1579	1041	1041	1041	63	1041
Total	2.018	1.190	1.064	1.080	63	1.046

Fonte: Adasa, 2018.

A Adasa tem entre suas competências a fiscalização dos serviços de manejo e limpeza urbana prestados pelo SLU, visando garantir a qualidade e universalidade desses serviços no DF. As não conformidades e as constatações detectadas foram comunicadas ao SLU por Ofícios com recomendações e determinações a serem cumpridas para adequar os serviços prestados às Resoluções da Adasa.

Os Planos Anuais de Fiscalização são construídos para que a áreas possam realizar, anualmente, um diagnóstico das condições técnico-operacionais e determinar o grau de conformidade dos sistemas de drenagem urbana do DF, levando-se em consideração os requisitos de qualidade que o serviço deve oferecer, e em concordância com a legislação vigente.

Ao longo do ano e especialmente no fim do exercício, as não conformidades e constatações são encaminhadas às concessionária do serviço público de drenagem urbana no DF, a Novacap; a outras prestadoras de serviço público de drenagem do DF, como o DER, Metrô; à concessionária de esgotamento

sanitário (Caesb); e também a pessoas jurídicas, de direito público ou de direito privado, outorgadas para lançamentos de águas pluviais pela Adasa. Concomitantemente, a Agência faz o acompanhamento para verificação do cumprimento, por parte dos responsáveis, de recomendações e de determinações.

Para o ano de 2018, foram programadas 18 (dezoito) ações de vistorias a 150 lançamentos de águas pluviais no Lago Paranoá, presentes no cadastro do sistema de drenagem de águas urbanas da Novacap. No ano de 2018, foi dada especial atenção aos lançamentos diretos de águas pluviais no Lago Paranoá, já que este corpo hídrico se tornou fonte para abastecimento humano em setembro de 2017.

Os principais desafios enfrentados pela Adasa na área de fiscalização de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas referem-se à estrutura precária da concessionária (Novacap), o que impede o efetivo atendimento às demandas oriundas da Adasa; à inexistência de normativo interno para os procedimentos de fiscalização do serviço público de Drenagem Urbana; e à necessidade de dedicação dos fiscais a outros projetos da unidade.

No que tange ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, a Adasa realiza atividades de fiscalização com o intuito de garantir uma prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário de qualidade e em conformidade com a legislação e normas regulamentares e contratuais vigentes, em especial às Lei nº 11.445/2007, Lei nº 4.285/2008, Decreto nº 7.217/2010 e do Contrato de Concessão nº 1/2006-Caesb/Adasa.

O planejamento da atividade de fiscalização para o exercício de 2018, com foco na universalização de acesso, integralidade, eficiência da prestação do serviço, buscou aprimorar os trabalhos já em andamento e abordar novos programas, projetos e ações relativos ao abastecimento de água e esgotamento sanitário do DF. Na avaliação da prestação dos serviços podem ser identificados dois tipos de fiscalização: fiscalização direta e fiscalização indireta.

Quadro 1 - Tipos de fiscalização, níveis e objetivos

Tipo de Fiscalização	Nível	Objetivo Específico
Direta	Avaliação Operacional	- verificar as instalações físicas visando avaliar o estado de conservação e operação dos sistemas
		- monitorar o cumprimento do plano de investimentos da concessionária - validar a base de ativos regulatória da Ceasb - apurar situações emergenciais ou eventuais
Indireta	Monitoramento Regular	- monitorar aspectos da prestação dos serviços considerados críticos para sua qualidade e continuidade, descritos no Contrato de Concessão e em Resoluções da Adasa, bem como direcionar a ações de fiscalização de nível estratégico e operacional. - realizar auditorias e certificação de informações
	Avaliação Estratégica	- avaliar o alcance das metas estabelecidas no Manual de Indicadores de Desempenho e no Plano de Saneamento Básico.

Fonte: Adasa, 2018.

O ano de 2018 foi marcado por fiscalizações de retorno, ou seja, aquelas em que há visita aos locais vistoriados em anos anteriores para verificação de correção de irregularidades. Por esse motivo, o número de fiscalizações foi mais baixo que no ano anterior. Foram fiscalizados quatro sistemas de esgotamento sanitário, o SES Descoberto/Melchior, SES Lago Paranoá, SES Ponte Alta e SES São Bartolomeu.

As fiscalizações de retorno dessas unidades não apontaram novas não conformidades, exceto o rompimento da linha de recalque de esgoto constatada na fiscalização emergencial do SES Descoberto/Melchior. As unidades vistoriadas em 2018 estão representadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Unidades Fiscalizadas em 2018

Sistema	Unidade	Tipo de Fiscalização
	EEB 01 - Lago Norte	
	EEB 04 - Lago Norte	
	EEB 05 - Lago Norte	
	EEB 06 - Lago Sul	

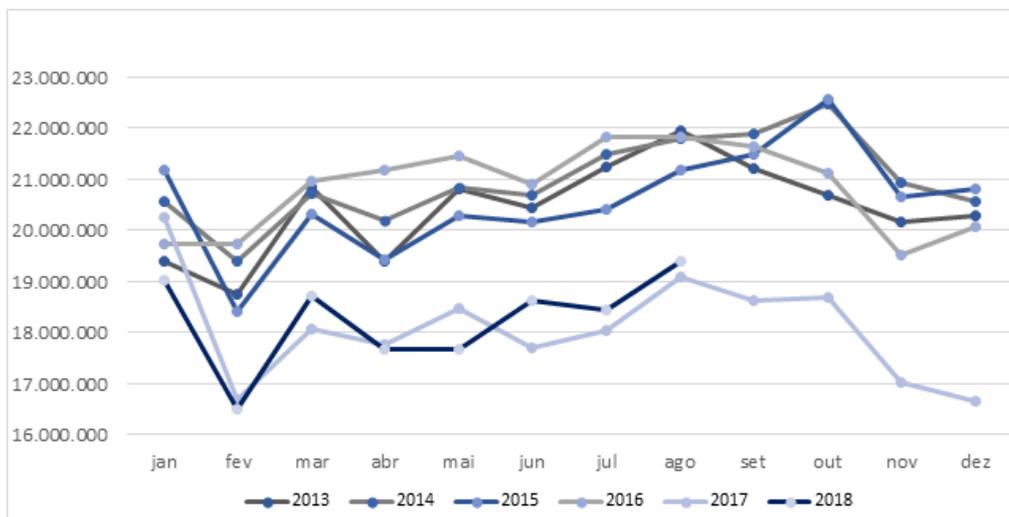
SES Lago Paranoá	EEB Águas Claras (provisória)	Retorno
	EEB Metropolitana	
	EEB Pier 21	
	EEB QE 46	
	EEB Varjão	
	EEB Vila Planalto	
SES Ponte Alta	ETE Alagado	Retorno
	ETE Gama	
	ETE Santa Maria	
SES Lago Paranoá	ETE Brasília Sul	Retorno
SES Descoberto/Melchior	EEB.BRZ.001 Brazlândia Bruto	Retorno
	ETE Melchior	
	ETE Samambaia	
	ETE Recanto das Emas	
SES São Bartolomeu	ETE Planaltina	Retorno
*SES Descoberto/Melchior	Linha de Recalque	Emergencial
TOTAL		20

Fonte: Adasa, 2018

A Adasa realiza, mensalmente, a conferência dos dados, informados pela Caesb, que servem de base para cálculo da Taxa de Fiscalização de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (TFS) e da Taxa de Fiscalização dos usos dos Recursos Hídricos (TFU), referentes ao exercício corrente. A metodologia consiste na conferência dos valores recebidos com a série histórica respectiva, considerando-se as condições atuais, como crescimento da população, período de seca, dentre outros fatores que podem alterar a curva gráfica em relação aos anos anteriores, conforme apresentado nos gráficos a seguir.

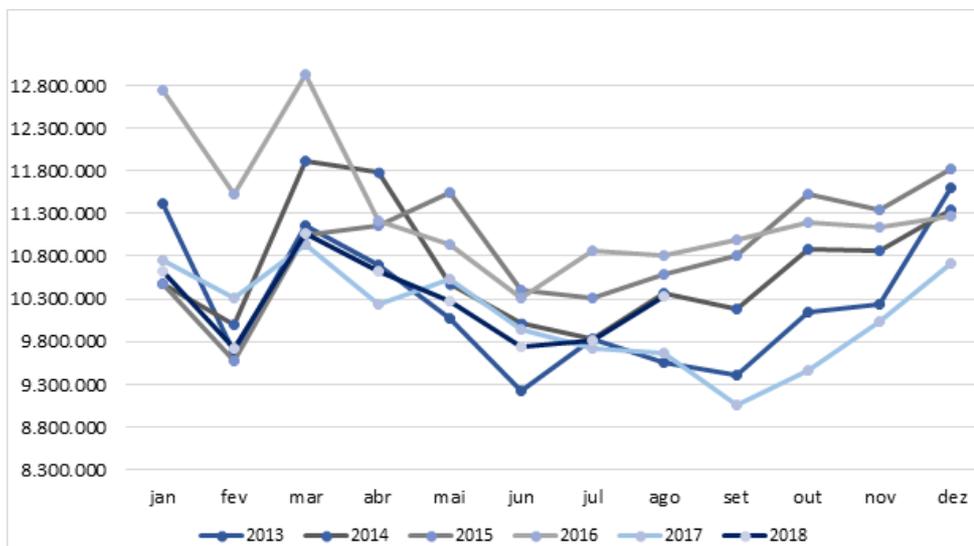
Pelos gráficos 1 e 2 é possível notar que tanto os volumes produzidos quanto os faturados de água apresentam acentuada queda em relação aos volumes que vinham sendo observados, atribui-se tal atipicidade ao momento de escassez hídrica que gerou uma queda no consumo de água no Distrito Federal. Vale ressaltar que o exercício de 2018 está representado somente até o mês de agosto em virtude do atraso de 2 meses no repasse das informações.

Gráfico 1 – Volume produzido de água (m³)



Fonte: Adasa, 2018.

Gráfico 2 - Volume coletado de esgoto em (m³)



Fonte: Adasa, 2018.

Em 2018 foi contratada uma consultoria para auxiliar no desenvolvimento da metodologia de certificação dos dados de TFS e TFU. A Adasa elaborou uma "Minuta de Resolução com Metodologia de Certificação e Auditoria", baseada no produto da consultoria. A minuta foi apresentada à concessionária, e as contribuições da concessionária à metodologia estão sendo analisadas pela área até o momento.

Referente aos Recursos Hídricos, as ações são definidas a partir de diagnóstico focado em levantamento de denúncias de anos anteriores, alertas de Unidades Hidrográficas (UHs), relatórios de monitoramento, ações levantas pelo grupo de Planejamento 2018 - Enfrentamento a Crise Hídrica - Fiscalização (sendo componentes: Ibram, Bombeiros, Seagri, Emater, Defesa Civil), metas de planejamento estratégico e metas do Progestão.

As campanhas concebidas pela Adasa possuem finalidade educativa, preventiva e de mobilização social, com vistas a promover a regularização do uso da água e a aprimorar o planejamento e a gestão dos recursos hídricos no Distrito Federal. Elas consistem em disponibilizar aos cidadãos o fácil acesso à Adasa para que possam regularizar os usos dos recursos hídricos. Os trabalhos realizados pelas campanhas de regularização contribuem para formar bancos de dados, recolher requerimentos de outorga que reúnem informações relevantes, necessárias e suficientes para sua perfeita análise e conhecer a situação da utilização dos recursos hídricos a partir de um levantamento planejado de informações. A vantagem desse procedimento é permitir à Adasa planejar-se internamente para recebimento da demanda de regularização, de modo que possa atender aos usuários de forma eficiente e ainda priorizar a convocação de usos de maior impacto ou mais significativos. Durante 2018 foram elencadas as regiões Rio do Mato e Rio Jardim.

Enviados cerca de 500 Termos de Notificação para usuários de água subterrânea e superficial cujas outorgas estavam vencidas até julho de 2018. As outorgas do direito de uso de recursos hídricos possuem prazo e constitui obrigação dos outorgados protocolar o requerimento para renovação da outorga com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término de sua validade, acompanhado da documentação especificada nos formulários da Adasa. A outorga vigente tem por objetivo manter o uso adequado e garantir o acesso de todos à água.

Foram fiscalizadas 40 barragens cujos espelhos foram mapeados. O critério adotado para priorização das barragens foram os processos listados pela área e as que se encontram nas unidades já com alertas de outorga. Para esta ação foram selecionadas as UHs: Rio Jardim, Alto Rio Preto, Rio Rodeador e Ribeirão Pipiripau.

As fiscalizações dos usos dos recursos hídricos no âmbito das comissões de acompanhamento das unidades hidrográficas fazem parte do Projeto intitulado "Compartilhamento otimizado do uso de recursos hídricos em áreas críticas" da Adasa que visa harmonizar os usos múltiplos por meio de estudos técnicos e da articulação com os usuários locais e possibilitar a regularização dos usuários de água por meio do cadastro e da outorga. Essa modalidade será aplicada nas UHs que já passaram por procedimento anterior de alocação: 33 Alto Rio Descoberto, 26 Ribeirão Rodeador, 16 Ribeirão das Pedras, 35 Rio Jardim, 20 Ribeirão Extrema e 38 Rio Pipiripau, tendo sido realizadas pelo menos 6 reuniões de cada comissão durante o exercício de 2018. A rotina é estabelecida conforme Art. 9º da Resolução nº 4 de alocação, assim a Comissão de Acompanhamento reuniu-se mensalmente, a partir da primeira quinzena de maio, com os usuários da bacia, para discutir a situação dos recursos hídricos, propor estratégias de otimização e realocação de usos.

Os canais são estruturas hidráulicas que demandam ações de regularização, em especial porque têm impacto relevante no balanço hídrico e devem ter suas estruturas adequadas de forma a se evitar perdas. Foram realizadas cerca de 60 visitas a canais durante o ano de 2018. As visitas foram realizadas nos seis canais na Bacia do Rio Descoberto: Guariroba, Cristal, Rodeador, Jatobazinho, Índio e Olaria; e no canal do ribeirão Pipiripau, não regularizado.

Realizada uma vistoria em cada um dos pontos de caminhão pipa para verificar o cumprimento dos Regulamentos estabelecidos na Resolução nº 13 de 08 de maio de 2014. São obrigações dos outorgados: circular com o ato de outorga expedido pela Adasa, ou cópia autenticada do mesmo, e o respeito à permissão de captação de apenas um caminhão por vez. A ação visa exercer o controle sobre os pontos de captação autorizados com o objetivo de garantir a manutenção do equilíbrio hídrico da UH.

O monitoramento da qualidade das águas superficiais ocorre trimestralmente, desde 2009, por meio de 59 estações de monitoramento de ambientes lóticos, 18 de ambientes lênticos, 22 à montante e à jusante das Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) da Caesb. Dentre os parâmetros analisados estão: clorofila-a, temperatura, condutividade, densidade de cianobactérias, turbidez, DBO, DQO, nitrato, nitrito, nitrogênio amoniacal, nitrogênio total, oxigênio dissolvido, óleos e graxas, pH, fósforo total, fosfato, sólidos totais, sólidos totais dissolvidos, coliformes termotolerantes e *E.coli*.

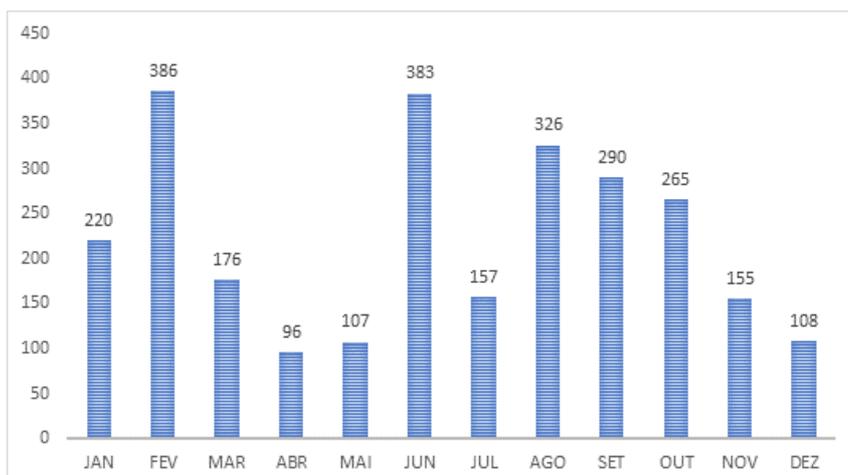
A rede de monitoramento de águas subterrâneas é composta por 84 poços de monitoramento (rasos e profundos) onde são realizadas análises quali-quantitativas.

Atualmente, a rede fluviométrica e pluviométrica da Adasa é constituída por 57 estações, sendo 30 estações automáticas com transmissão de dados (telemétricas), 14 automáticas sem transmissão de dados e 13 manuais. Para o ano de 2019, destacamos a continuidade na implementação de estações telemétricas para acompanhar, em tempo real, o comportamento dos recursos hídricos do Distrito Federal, visando promover a sua gestão sustentável.

Assim, a rede de monitoramento da Adasa vem sendo estruturada e modernizada para garantir os usos múltiplos previstos na legislação que rege a Política Nacional de Recursos Hídricos, e contribuir sobremaneira para o cumprimento da função sócio-ambiental da água.

Outorga é um dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, instituído pela Política Nacional de Recursos Hídricos por meio da Lei Nº 9.433/1997. É utilizado com o objetivo de gerenciar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água, bem como o efetivo exercício dos direitos de acesso a ela. A outorga é o instrumento adotado para indicar o nível de regularização dos usos dos recursos hídricos no DF. A Adasa emitiu 2.406 outorgas de direito de uso dos recursos hídricos até outubro de 2018, totalizando 27.915 outorgas já emitidas desde a criação da Agência.

Gráfico 3 – Número de outorgas concedidas em 2018



Fonte: Adasa, 2018.

O Programa Adasa na Escola ministra palestras para alunos da educação infantil ao ensino fundamental em escolas públicas e privadas. Criado em 2010, tem por finalidade a formação de agentes multiplicadores de práticas sustentáveis em relação aos usos múltiplos da água e a destinação adequada dos resíduos sólidos. De 2010 a novembro de 2018 o Programa já atendeu 238.236 alunos. Somente no ano de 2018 atendeu 24.309 alunos e 73 escolas.

O Projeto Adasa em Movimento tem por objetivo levar informação de qualidade à sociedade do Distrito Federal em relação aos serviços públicos regulados pela Agência, em cumprimento às políticas de recursos hídricos e de saneamento básico. As ações correm principalmente por meio da realização de palestras nas Administrações Regionais do Distrito Federal e da participação em eventos promovidos pela Adasa ou por meio de convites da sociedade. Neste ano de 2018 o projeto teve 4 visitas técnicas em administrações regionais e participou de 4 eventos, totalizando 11.156 pessoas atendidas. O número de atendimento em administrações regionais foi menor que o ano de 2017 devido ao fato de que no período eleitoral a equipe ficou limitada a realizar determinadas ações.

Tabela 6

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	212814,0	112814,0	99320,16	79320,16
8394 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-FUNAP/ADASA-DISTRITO FEDERAL	212814,0	112814,0	99320,16	79320,16
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	212814,00	112814,00	99320,16	79320,16

Fonte: SIGGO, 2018.

As despesas decorrentes do contrato com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (Funap) estão vinculadas a este programa temático, que tem por objetivo geral: "Promover a defesa e garantia dos direitos humanos, assegurando a cidadania plena, com dignidade, por meio da oferta de informações e serviços integrados com qualidade".

Com o objetivo de prevenir e combater as diferentes formas de ameaças e violação de direitos humanos no Distrito Federal, o contrato celebrado por esta Agência com a Funap, visa a contratação de reeducandos do sistema prisional para prestação de serviços de garçom, serviços gerais, copeiro e operador de máquina de reprografia e outras. A ação merece destaque por sua relevância social, pois tem como objetivo proporcionar a re-socialização dos sentenciados do Sistema Penitenciário do DF, no sentido de possibilitar o retorno do preso ao convívio social.

O contrato nº 4/2014-Funap/Adasa prevê a contratação de até 10 (dez) reeducandos. Atualmente, a Agência conta com 5 (cinco), os quais exercem atividades de auxiliar de copeiragem e auxiliar de serviços gerais. O valor empenhado até dezembro de 2018 foi de R\$ 99.320,16 (noventa e nove mil , trezentos e vinte reais e dezesseis centavos), representando 100% da despesa autorizada.

Deve-se ressaltar que o desenvolvimento desse programa já possibilitou a contratação de ex-detentos por empresas de prestação de serviços terceirizados, o que demonstra a importância da manutenção do programa no âmbito do Distrito Federal.

Tabela 7

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	50000,0	0,0	0	0
6197 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-ADASA-DISTRITO FEDERAL	50000,0	0,0	0	0
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	525000,0	625000,0	525000,00	483439,77
9549 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-PASEP - ADASA-DISTRITO FEDERAL	525000,0	625000,0	525000,00	483439,77
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1285229,0	1165229,00	1133875,38	947394,02

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
7034 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADASA-DISTRITO FEDERAL	1285229,0	1165229,00	1133875,38	947394,02
9106 - APOIO FINANCEIRO A CANDIDATO EM CURSO DE FORMAÇÃO	70000,0	0,0	0	0
0001 - APOIO FINANCEIRO A CANDIDATO EM CURSO DE FORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	70000,0	0,0	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	1930229,00	1790229,00	1658875,38	1430833,79

Fonte: SIGGO, 2018.

O Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), criado pela Lei Complementar Federal nº 8, de 03/12/70, tem o objetivo de propiciar aos funcionários e servidores públicos, civis e militares, participação na receita dos órgãos e entidades integrantes da administração pública direta e indireta, nos âmbitos federal, estadual, municipal e das fundações, que possibilita aos funcionários/servidores usufruírem o direito ao recebimento de um abono anual.

O recolhimento da contribuição é mensal, resultado de 1% da receita corrente arrecadada ou repasses correntes recebidos, totalizando 12 (doze) contribuições anuais. A Adasa recebeu, até dezembro, R\$ 47.946.931,25 (quarenta e sete milhões, novecentos e quarenta e seis mil, novecentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos) de recursos financeiros e recolhe 1% deste montante ao fundo do Pasep. Até a primeira semana de novembro de 2018 a despesa autorizada foi de R\$ 625.000,00 (seiscentos e vinte e cinco mil reais) tendo sido empenhado o valor de R\$ 525.000,00 (quinhentos e vinte e cinco mil reais), representando 83,34% de execução.

Tabela 8

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	434280,0	434280,0	418197,70	336886,55
5360 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ADASA-DISTRITO FEDERAL	434280,0	434280,0	418197,70	336886,55
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	480000,0	440000,0	419365,44	377989,14
9632 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-BOLSA FINANCEIRA A ESTUDANTES DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR - ADASA-DISTRITO FEDERAL	480000,0	440000,0	419365,44	377989,14
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	1205540,0	1369409,0	1341496,00	1219433,47
9560 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADASA-DISTRITO FEDERAL	1205540,0	1369409,0	1341496,00	1219433,47
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	15468043,00	14068043,00	13151718,19	11154385,78
9649 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADASA-DISTRITO FEDERAL	15468043,00	14068043,00	13151718,19	11154385,78
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	1445000,0	1022959,0	948812,33	453358,01
0017 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-DESENVOLVIMENTO/MELHORIA DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS-DISTRITO FEDERAL	1445000,0	1022959,0	948812,33	453358,01
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	633430,0	473850,0	471956,30	394868,87
2606 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADASA-DISTRITO FEDERAL	633430,0	473850,0	471956,30	394868,87
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	300000,0	237030,00	192623,27	131708,87
0014 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SERVIDORES CAPACITADOS/ADASA-DISTRITO FEDERAL	300000,0	237030,00	192623,27	131708,87

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	500000,0	598325,00	598325,00	561472,26
6036 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ADASA-DISTRITO FEDERAL	500000,0	598325,00	598325,00	561472,26
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	1970000,0	1566589,0	1480288,47	748671,14
8691 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - ADASA DF-DF ENTORNO	1000000,0	865289,0	865288,47	215288,47
8703 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - ADASA DF-DF ENTORNO	950000,0	681300,0	615000,00	533382,67
8753 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE INST. EM VEÍCULOS ALTERNATIVOS DE COMUNICAÇÃO-DF ENTORNO	10000,0	10000,0	0	0
8754 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE DE UTIL. PUBL. EM VEÍCULOS ALTERNATIVOS DE COMUNICAÇÃO-DF ENTORNO	10000,0	10000,0	0	0
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	100000,0	9750,0	9750,0	9750,0
9710 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA-MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO-DISTRITO FEDERAL	100000,0	9750,0	9750,0	9750,0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	19691513,00	22975094,00	22752991,19	22204922,47
8730 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADASA-DISTRITO FEDERAL	19691513,00	22975094,00	22752991,19	22204922,47
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	42227806,00	43195329,00	41785523,89	37593446,56

Fonte: SIGGO, 2018.

O Programa de Estágio Curricular, regulamentado pela Resolução Adasa nº 7, de 21 de janeiro de 2011, disponibiliza 42 (quarenta e duas) bolsas de complementação educacional, sendo 30 (trinta) para estágio de nível superior e 12 (doze) de nível médio. No final do mês de outubro de 2018, a agência contava com 39 (trinta e nove) vagas preenchidas, atuando nas diversas áreas da Agência, sendo 28 (vinte e oito) nas áreas fins e 11 (onze) nas áreas meio.

Até o final do mês de outubro, 98 (noventa e oito) servidores da Adasa participaram de treinamentos, internos e externos, em variados eixos de conhecimento. As capacitações, em sua maioria, tiveram algum ônus para a Adasa, seja no pagamento da inscrição ou na compra de passagens aéreas. Foram realizados 156 (cento e cinquenta e seis) cursos, os quais contabilizaram um total de 8.172 (oito mil cento e setenta e duas) horas de capacitação. Merecem destaque o curso de Inglês oferecido pela UnB Idiomas, em que 19 (dezenove) servidores foram beneficiados e o Mestrado Profissional em Gestão e Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico, parceria entre a Agência e a Fiocruz, que conta com a participação de 12 servidores e encontra-se em fase de finalização.

A despesa realizada com pessoal visou atender ao pagamento de vencimentos e encargos relativos a 120 (cento e vinte) servidores, dos quais 79 (setenta e nove) são servidores de cargos efetivos da Adasa, 1 (um) cedido para outro órgão do GDF, 6 (seis) concursados de outros órgãos requisitados pela Agência, 23 (vinte e três) são servidores comissionados, sem vínculo, 44 (quatro) Diretores e 1 (um) Ouvidor.

Foram concedidos, até o mês de outubro, os benefícios de auxílio-creche, auxílio-natalidade e auxílio-saúde aos servidores, além do vale-alimentação/refeição.

Em relação à manutenção do órgão, foram executadas atividades com características de serviços continuados, compreendendo: vigilância, limpeza e conservação, emissão de passagens aéreas, locação de veículos, serviços de telefonia, serviços de postagem, serviços técnicos de apoio administrativo, de saúde e auxiliares, confecção de crachás, carimbos, manutenção das instalações prediais, manutenção de elevadores, serviços de moto-mensageiro, dentre outros, além da aquisição de material de consumo e permanente, necessários ao funcionamento da Agência.

A Adasa prestou apoio à realização de vários eventos ocorridos ao longo do ano no Distrito federal, entre os quais se destacam a Feira Internacional dos Cerrados - AgroBrasília e eventos em comemoração ao Dia Mundial da Água. Além disso, a Agência foi responsável, em conjunto com o Governo do Distrito Federal (GDF) e a Agência Nacional de Águas (ANA) pela realização do 8º Fórum Mundial da Água (8º FMA), realizado em março de 2018.

Em relação à publicidade, foram realizados serviços de publicidade e propaganda para confecção e distribuição ao público de materiais diversos, para promoção e publicização nos principais meios de comunicação do DF, além de divulgação de editais de licitações e audiências públicas e divulgação de eventos promovidos pela Adasa, como a Semana da Água e outros nos principais meios de comunicação do

DF. Diversas ações de publicidade e propaganda foram realizadas com o intuito de divulgar para a sociedade dos fatos da crise hídrica e do 8º FMA.

Com relação à gestão da informação e dos sistemas de tecnologia da informação, pode-se destacar a aquisição de 20 (vinte) notebooks; de 30 (trinta) monitores de vídeo 23" polegadas; de 08 (oito) Webcam. Aquisição de serviço em "nuvem" - AZURE. Foram adquiridos também 03 (três) veículos aéreos não tripulados (drones).

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

O 8º FMA, realizado na cidade de Brasília, em março de 2018, foi a maior edição da história do evento e atendeu ao seu principal objetivo, que é colocar a água no topo da agenda política e da sociedade. Após sete dias de evento, o Fórum recebeu mais de 120 mil pessoas, de 172 países diferentes. Destas, 109,6 mil visitaram a Vila Cidadã e a Feira; e 10,6 mil são congressistas que participaram das mais de 300 sessões temáticas no Centro de Convenções Ulysses Guimarães e visitaram a Expo. A abertura contou com a presença de 12 chefes de Estado, governo e altas autoridades internacionais e o evento teve a participação de representantes de importantes organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências, União Europeia, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) entre outros.

O Fórum Mundial, nesta 8ª edição, uma importante inovação: a participação do Poder Judiciário, instância a que cabe a decisão final sobre disputas envolvendo os recursos hídricos. A Conferência de Juízes e Promotores teve a presença de 83 juízes, promotores e especialistas de 57 países e emitiu como documento final a "Carta de Brasília". O Instituto Global do Ministério Público, que reúne membros de ministérios públicos de diversas nações do mundo em torno de temas ligados à proteção dos recursos naturais, também elaborou a "Declaração do Ministério Público sobre o Direito à Água", que foi assinada por nove países. Na Conferência Parlamentar, 134 parlamentares de 20 nações produziram como documento final o "Manifesto dos Parlamentares", em que reconhecem a importância do esforço dos parlamentares para garantir segurança hídrica, universalização do acesso a água potável, eliminação das desigualdades e promoção do desenvolvimento sustentável.

A Conferência de Ministros contou com 56 ministros e 14 vice-ministros de 56 países, que aprovaram a declaração intitulada "Chamado urgente para uma ação decisiva sobre a água", fruto das discussões entre ministros e chefes de delegação de mais de 100 países. O documento estabelece ações prioritárias para enfrentar os desafios relacionados ao acesso à água e ao saneamento. Autoridades locais e regionais lançaram o "Chamado para a Ação de Governos Locais e Regionais sobre Água e Saneamento de Brasília". A conferência teve a participação de 150 prefeitos, governadores e deputados estaduais, que pretendem adotar uma visão compartilhada para um futuro melhor e mais sustentável, no qual todas as pessoas terão acesso à água e saneamento, e em que a água seja usada e gerida de forma a assegurar-se um ambiente saudável e sustentável para as gerações futuras. A "Declaração de Sustentabilidade" faz um chamado pela mobilização de todas as partes para garantir um futuro sustentável para o planeta e pelo compromisso de enfrentar os crescentes desafios das questões relacionadas à água.

A Expo e a Feira do 8º FMA contaram com 87 expositores que representaram diferentes setores sociais: pavilhões nacionais, empresas públicas e privadas, organizações e associações da sociedade civil. O evento ocupou também outros espaços da cidade, com atividades esportivas e culturais na orla do lago Paranoá, mostra de cinema no Cine Brasília e atividades ligadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Planetário. Nunca se falou tanto sobre água no país. Durante a semana do evento, houve quase 16 mil menções na imprensa escrita e uma ampla cobertura de rádios e TVs, levando o assunto água para a casa das pessoas.

Educar, conscientizar e divertir foi o objetivo maior da Vila Cidadã, um sucesso absoluto de público, tendo recebido cerca de 110 mil visitantes durante a semana do Fórum. O espaço ofereceu uma ampla agenda de atividades diariamente para dezenas escolas de todo o Distrito Federal, além de crianças, jovens e famílias que se encantaram com as atividades interativas, as experiências de realidade virtual, oficinas e filmes. O Green Nation, que ocupou uma área de 2.700 m² na Vila, recebeu 60 mil visitantes durante os sete dias do evento. A Vila Cidadã também foi palco de importantes debates sobre crise hídrica, saneamento e gestão participativa de águas, e abriu sua arena para a participação de grupos de jovens, mulheres, indígenas, organizações não governamentais e comunidades rurais. O 8º FMA também ajudou a movimentar a economia local. Foram cerca de 2500 empregos diretos e outros 5500 indiretos. O alto engajamento dos participantes e visitantes realmente fez da cidade de Brasília a capital mundial da água durante esta semana.

O 8º FMA foi organizado no Brasil pelo Conselho Mundial da Água (WWC), pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), representado pela ANA, e pelo GDF, representado pela Adasa. A Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) também integrou o Comitê Organizador Nacional (CON).

Uma das ações realizadas durante o 8º FMA foi o "Cerrado no Fórum", oriundo do Programa Produtor de Água do Pipiripau. A ação tinha o objetivo de compensar as emissões de carbono ocorridas durante o evento por meio da recuperação de áreas degradadas no Distrito Federal. A ação foi desenvolvida em parceria com agricultores da região, consistia no plantio de mudas e sementeira direta (muvuca de espécies nativas do Cerrado) para a restauração de 1,5 hectares. As sementes e insumos utilizados para o plantio foram adquiridos com doações voluntárias, durante o 8º FMA. Cada muda plantada no evento simbolizará um dos doadores do projeto. A ação "O Cerrado do Fórum" contou com o apoio da The Nature Conservancy (TNC), da Rede Semente do Cerrado (RSC), da ONG Pede Planta, da Seagri e Emater.

O Programa Produtor de Água do Pipiripau contempla ações de readequação ambiental da bacia do rio Pipiripau, incluindo práticas adequadas de manejo de solo e da água. Além disso, contempla também o manejo adequado da produção agrícola, a recomposição de matas de galeria, além do pagamento pelos serviços ambientais prestados pelos produtores rurais por manterem suas glebas ambientalmente adequadas. A Adasa coordena o projeto Produtor de Água no Pipiripau, o qual é composto por 17 instituições, o projeto se organiza em uma coordenação geral e mais 7 Grupos de Trabalho: Cada um destes 17 parceiros atua nas suas áreas de expertise, quais sejam: GT1- Conservação de solo: Contribuiu com a implantação de mais de mil barraginhas, readequação de 134 quilômetros de estradas e ainda fez mais de 400 hectares de terraços, ações estas de suma importância para a redução de erosões e assoreamento do Pipiripau e seus afluentes; GT2- Reflorestamento: Fez o plantio de mais de 360 mil mudas nativas, com o intuito de restaurar principalmente as APP e RL; GT3- Pagamento por Serviços Ambientais: Até o presente momento o projeto fez 184 contratos, sendo que destes 172 estão ativos, nos quais os produtores rurais recebem por serviços ambientais prestados. O foco é utilização de práticas conservacionistas, manutenção de áreas de vegetação nativa e restauração de áreas degradadas; GT4- Canal Santos Dumont: O intuito é a revitalização do Canal Santos Dumont, o qual é de suma importância para 88 famílias que utilizam desta água para produção agrícola, principalmente de hortaliças que abastecem o Distrito Federal. Esta revitalização é de suma importância tendo em vista a redução das perdas de água que ocorrem no canal. O canal possui 18 quilômetros de extensão, sendo composto de um ramal principal e ramais secundários (os quais levam a água até os produtores), estes estão passando pelo processo de tubulação, Assim, evitar-se-á as perdas de água por infiltração e evaporação, que chegam a 50%; GT5- Monitoramento: vem realizando o monitoramento quali/quantitativo das estações na bacia do Pipiripau. No local é feita a coleta de água, trimestralmente, para avaliação da sua qualidade. Além disto, uma estação telemétrica envia, a cada uma hora, dados de chuva e nível registrados a cada quinze minutos; GT6- Educação Ambiental: Ações de educação ambiental na bacia do descoberto; e GT7- Comunicação: Site com informações a sociedade do projeto e também a produção do livro A experiência do projeto Produtor de Água na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Pipiripau.

Também relacionado a projetos de educação ambiental, o Projeto Descoberto Coberto, existente desde 2009 e tendo promovido o plantio de mais de 200 mil mudas nas margens do Lago Descoberto como forma de proteção do principal manancial de abastecimento público do DF, desenvolveu atividades significativas em 2018. Desde 2017, o projeto vem atuando com a metodologia de Sementeira Direta (muvuca de sementes) para a restauração do Cerrado em torno do reservatório. Em 2018, com a parceria de várias instituições públicas, privadas e da sociedade civil, o Projeto está fomentando o plantio por sementeira direta em 30 ha (aproximadamente 15 propriedades rurais). Para os próximos anos, pretende-se ter a assinatura de um acordo de cooperação técnica que fomenta diversas outras atividades em toda a bacia do Rio Descoberto, como Conservação de solo, plantios, fomento à agricultura sustentável, entre outros. Há previsão de plantio de pelo menos 10 ha nas margens do Lago Descoberto.

Como reconhecimento do trabalho que vem desenvolvendo no DF na promoção da segurança hídrica, e em especial na recente crise hídrica, ocorrida em 2017, que resultou uma economia de consumo de 15% per capita, a Adasa foi eleita para compor o Comitê Diretor do Conselho Mundial da Água. A eleição dos novos membros ocorreu em Marselha, na França, durante a 8ª Assembleia Geral do Conselho. O Diretor-Presidente da Adasa, Paulo Salles, e o Diretor, Jorge Werneck, da diretoria colegiada, foram eleitos diretor e suplente, respectivamente. Além da Adasa, a Associação Brasileira das Agências de Regulação (Abar) e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), também passam a integrar o comitê composto por 35 membros.

Ainda na área de recursos hídricos, visando alcançar os objetivos estabelecidos na Lei nº 2.725, de 13 de junho de 2001, que determina que a gestão dos recursos hídricos seja descentralizada e conte com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades, proporcionando o uso múltiplo das águas, adequando-se às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das regiões do DF, a Adasa, órgão gestor do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do DF (inciso II, art. 8º da Lei 4.285/2008) intensificou as estratégias para a integração entre sociedade civil e governo quanto à gestão de recursos hídricos, fomentou junto ao Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal (CRH) a criação de comitês de bacia hidrográfica, conhecidos como "Parlamentos das Águas", os quais foram criados e instalados pela Adasa, que assumiu a Secretaria Geral dos três Comitês de Bacia. Considerando-se o disposto na Lei nº 2.725/2001, artigo 48, que determina que até que sejam criadas as Agências de Bacia, o órgão gestor do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos exercerá as atribuições previstas nesta lei, e que, o Distrito Federal ainda não criou a sua Agência de Bacia, concluiu-se que a Adasa deveria assumir o papel de agência de bacia para os Comitês do DF.

A Adasa coordenou uma série de reuniões para a segunda etapa de discussão e elaboração, por empresa contratada, do Plano de Recursos Hídricos (PRH) da Bacia Hidrográfica do Paranaíba-DF, que está sendo executado pela Engeplus, Engenharia e Consultoria. O Plano é um dos instrumentos da Política Nacional e Distrital de Recursos Hídricos e está sendo elaborado de forma participativa. O objetivo é indicar ações e investimentos para garantir a quantidade e qualidade da água nos próximos 20 anos. O estudo contribuirá ainda para a atualização do Plano de Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos (PGIRH), instrumento de planejamento para definir ações de conservação, recuperação e utilização das bacias hidrográficas.

Em 2018, a Adasa apoiou e participou dos processos eleitorais dos CBH, assumindo a Secretaria Geral dos 3 (três) CBHs. Por meio da Resolução 20 de 11 de outubro de 2018, a Adasa criou na estrutura orgânica da Superintendência de Recursos Hídricos, a Coordenação de Agência de Bacias Hidrográficas (CABH) para dar suporte técnico e administrativo para fortalecer aqueles colegiados. As atividades da Adasa com os Comitês de Bacias do DF incluíram a realização da agenda normal de trabalho, com reuniões ordinárias e extraordinárias, conforme estabelecem seus regimentos internos. Apoiou a revisão dos regimentos internos dos CBHs e a realização do processo eleitoral finalizado com a posse dos novos membros e eleição das diretorias. Outra participação importante dos CBHs foi a adesão ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – Procomitê, realização da Oficina de Pactuação das Metas com a ANA. O quadro de metas pactuadas foi posteriormente referendado pelo Conselho de Recursos Hídricos do DF. Também houve participação do CBH Paranaíba-DF na elaboração do termo de referência e acompanhamento da contratação e execução do contrato com a Engeplus consultoria, empresa que está elaborando o Plano de Bacia dos Afluentes do rio Paranaíba no DF.

Foi realizado um estudo pela Adasa que identificou pontos com bom potencial para a captação de água subterrânea no DF. Por ser uma fonte mais limpa e com menor dependência da sazonalidade das chuvas, a água subterrânea pode representar uma reserva estratégica importante para complementar o abastecimento público, principalmente em momentos de escassez hídrica. O estudo faz parte do planejamento estratégico de identificação de novas fontes de água para o aumento da oferta hídrica no DF. O objetivo é garantir a infraestrutura hídrica necessária para enfrentar as variações demográficas, a expansão das atividades econômicas, o consequente aumento no consumo de água no DF, previstos para os próximos anos, e as incertezas climáticas. Além disso, a disponibilidade de água subterrânea contribui para que as outorgas de direito de uso da água, emitidas pela Adasa, tenham como base a gestão integrada dos recursos hídricos subterrâneos e superficiais das bacias hidrográficas. Dos postos identificados, alguns apresentam alto potencial de exploração, em razão da proximidade das redes de energia e das adutoras da Caesb, assegurando menor custo de implantação dessas possíveis estruturas de captação. A estimativa é que a perfuração desses poços possa inserir nos sistemas de abastecimento cerca de 800 litros por segundo, quantidade suficiente para abastecer mais de 400 mil pessoas. Com relação à área econômico-financeira a Adasa avançou bastante em 2018. Com o objetivo de dar maior transparência na destinação de recursos da Tarifa de Contingência, a Agência limitou a autorização à Caesb a cinco projetos. Instituída em 2016, em decorrência da crise hídrica, a tarifa de contingência, que incide sobre o consumo acima de 10 m³ de água por mês, contribuiu para a redução do consumo e financiou obras de expansão da oferta de água no DF. De acordo com a Resolução nº 30, publicada em 23/11/18, os requerimentos para utilização dos recursos da tarifa ficarão limitados às obras de implantação do subsistema Gama (Revitalização da Elevatória Ponte de Terra e substituição da adutora Ponte de Terra); interligação dos sistemas Torto/Santa Maria ao Sistema Sobradinho/Planaltina; ampliação do sistema de abastecimento de Braszândia e perfuração de dois postos tubulares na região de Sobradinho e outros quatro na região de São Sebastião.

Em novembro de 2018 foi publicada a Resolução nº 32, que regula o bônus-desconto, concedido pela Caesb ao usuário que economizar no consumo de água durante 12 meses. De acordo com a Resolução, o bônus passará a incidir a partir do mês de junho do ano seguinte ao da apuração. Para a concessão do desconto é feita uma comparação do consumo mensal em relação ao mesmo período do ano anterior. O bônus equivale a 20% do volume total economizado em um ano, multiplicado pelo valor da tarifa inicial a que o usuário está enquadrado. O bônus é concedido na fatura, e pode ser em até 12 parcelas, dependendo do valor. Neste ano, segundo a Caesb, houve um aumento de 35% no montante de desconto, em relação a 2017. Entre os fatores que resultaram no crescimento da concessão estão o racionamento e a conscientização da população do DF no uso racional da água.

Internamente, o Regimento da Agência foi alterado, entre outros, para modificar as atribuições da Assessoria Técnica Especializada (ATE), que passou a operar com 5 objetivos, dentre eles: a) Subsidiar a Diretoria Colegiada na tomada de decisões estratégicas e acompanhar a discussão de temas, eventos e fóruns de interesse da Adasa; b) Atuar como um núcleo editorial da Adasa com vistas divulgar as ações da Agência por meio de publicações em diferentes mídias; e c) Fomentar a cooperação técnica com agência reguladora e outras organizações nacionais e internacionais com vistas ao fortalecimento institucional e aperfeiçoamento da atuação da Adasa.

Referente ao Planejamento Estratégico da Agência, a Adasa obteve importantes avanços durante o exercício de 2018. Foi revisto o Planejamento Estratégico da Adasa e publicada a Portaria nº 144, de 15 de junho de 2018, que aprova o planejamento e os seus conceitos estabelecidos de missão, visão, valores, atributos, objetivos estratégicos, indicadores e iniciativas estratégicas para o período de junho de 2018 a dezembro de 2025 e foi implantado o Sistema de Gestão da Estratégia, ferramenta desenvolvida pelo próprio quadro técnico da Agência e de fundamental importância para a implementação, monitoramento e gestão do Planejamento Estratégico da Adasa.

Publicada a Portaria nº 169, de 29 de junho de 2018, que dispõe sobre a Agenda Regulatória da

Agência para o biênio 2018-2020, com os objetivos de estabelecer cronogramas de atividades prioritárias e de maior impacto positivo para a sociedade; alocar esforços e recursos de forma mais eficiente em intervenções relevantes selecionadas; estimular a capacidade institucional para gestão em regulação; fortalecer o planejamento, a transparência e o controle social; melhorar a coordenação, a qualidade e a efetividade da regulação emanada pela Adasa; possibilitar o acompanhamento pela sociedade dos compromissos pré-estabelecidos pela Agência; contribuir para a segurança jurídica e para a previsibilidade da atividade regulatória da Agência; e, colaborar para a visão da Adasa de ser reconhecida como referência nacional na regulação e promoção da gestão sustentável dos recursos hídricos e da qualidade e universalização dos serviços públicos de saneamento básico, entre outros.

Na segunda quinzena de outubro de 2018, iniciaram as atividades para construção da Cadeia de Valor da Adasa, primeiro passo para implementação da gestão por processos. Ao longo do processo, foram aproximadamente 28 encontros com gestores e executores dos processos da entidade, onde foram identificados os principais aspectos dos processos de trabalho da agência. As informações coletadas levaram à elaboração da versão inicial da Cadeia de Valor validada em dois momentos distintos: o primeiro deles, com os superintendentes e coordenadores; o segundo, com a Diretoria Colegiada da Agência, permitindo assim a construção do produto final. A identificação dos processos críticos foi realizada durante o Workshop com os superintendentes e coordenadores por meio da alocação de pontos de criticidade por cada participante da dinâmica. Após a tabulação dos dados obtidos, o resultado foi apresentado para a Diretoria Colegiada, momento no qual foram definidas quatro frentes de trabalho iniciais para o projeto de gestão por processos. A partir daí, serão definidas as rotas de transformação necessárias considerando cada contexto.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O valor total das despesas autorizadas para o exercício de 2018 foi R\$ 64.698.832,23 (sessenta e quatro milhões, seiscentos e noventa e oito mil, oitocentos e trinta e dois reais e vinte e três centavos), desse valor foram empenhados R\$ 63.886.233,64 (sessenta e três milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, duzentos e trinta e três reais e sessenta e quatro centavos), até outubro de 2018.

Durante 2018 a Adasa manteve o compromisso de zelar fielmente pelo cumprimento de suas competências, que incluem a gestão de recursos hídricos e a regulação dos serviços públicos de saneamento básico. A estratégia de atuação envolve a concentração de esforços na ampliação dos conhecimentos (qualificação técnica de seu quadro) e na modernização de sua gestão, o que exige ação proativa de sua força de trabalho, bem como a construção de parcerias e alianças que ampliem seus resultados.

A Agência continua desempenhando seu papel com grande capacidade, executando as ações sob sua responsabilidade com eficiência e tecnicidade. Ressalta-se a pluralidade de suas áreas de atuação, bem como a riqueza de detalhes necessários à uma boa execução dos trabalhos e o cumprimento dos objetivos traçados. Houve, sem dúvidas, grandes desafios, como a crise hídrica enfrentada pelo Distrito Federal, mas contando com corpos técnico e diretivo extremamente qualificados e empenhados, pode-se afirmar que estes foram satisfatoriamente enfrentados e os resultados, positivos.

Com a contratação da consultoria EloGroup para mapear os processos da Adasa, espera-se em 2019 ainda mais eficácia resultante das atividades da Agência. Esse trabalho de avaliação e aperfeiçoamento na execução dos processos permitirá que a Adasa estabeleça, de forma sistematizada, prioridades para definir processos de maior impacto. Além do funcionamento da Agência, será avaliada a estrutura da organização no intuito de analisar gargalos, pontos fortes e fraços, retrabalho, falhas e tarefas de menor valor agregado. Desse modo, a ferramenta possibilitará aumentar ainda mais a performance da instituição e melhor atender os anseios da sociedade.

A Adasa, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal lançou, em dezembro de 2018, o livro "Trilhas e Caminhos para a Sustentabilidade Ambiental nas Escolas do Distrito Federal". O objetivo é oferecer opções à escola e ao professor de práticas sustentáveis e métodos de aplicação no ensino. A publicação teve como ponto de partida o projeto Escola Sustentável, vinculado ao Adasa na Escola. O estudo sobre iniciativas para a redução de gastos com água e energia na Escola Jardim de Infância e Casa de Vivência, em Planaltina, originou as primeiras discussões para a elaboração do manual. A ideia é estabelecer, mediante diagnóstico de avaliação do desempenho ambiental da escola, metas e prioridades a serem cumpridas, com a participação da escola, do aluno e da comunidade local. É ir além da intervenção física na unidade escolar, com a inclusão de métodos de ensino e pesquisa, recursos pedagógicos, sugestões de oficinas, entre outros. O livro traz ainda indicações de leitura complementar, que podem ser acessadas na Biblioteca Virtual, localizada na página do projeto Adasa na Escola, no site da Agência.

Identificação dos Responsáveis

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO:

Agente de Planejamento: MARLA CECÍLIA ROMANO CANÊDO DE AMORIM

Telefone: (61)3961-4964 e-mail de contato: marla.amorim@adasa.df.gov.br

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO:

Agente de Planejamento: ELISA RODRIGUES DE CORTA

Telefone: (61)3961-5079 e-mail de contato: elisa.corta@adasa.df.gov.br

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO:

Agente de Planejamento: VIVIANE LOPES DA SILVA DE ALMEIDA

Telefone: (61)3961-5079 e-mail de contato: viviane.almeida@adasa.df.gov.br

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO:

Agente de Planejamento: JOSE BENTO DA ROCHA

Telefone: (61)3961-4939 e-mail de contato: jose.rocha@adasa.df.gov.br

Assinatura: _____

Nome do Titular da Unidade Orçamentária: PAULO SERGIO BRETAS DE ALMEIDA SALLES

Telefone: (61)3966-7508 e-mail de contato: presidencia@adasa.df.gov.br

Assinatura: _____

